



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$80

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recobram 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
A três séries . . . . .	Ano 360\$
A 1.ª série . . . . .	140\$
A 2.ª série . . . . .	120\$
A 3.ª série . . . . .	120\$
Semestre . . . . .	200\$
	80\$
	10\$
	10\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4800 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 37 701, de 20 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

## Aviso aos assinantes

Todos os assinantes do «*Diário do Governo*» cujas assinaturas terminem no fim do corrente mês são prevenidos de que as devem renovar, remetendo a tempo a importância respectiva, a fim de não sofrerem interrupção na remessa.

Os preços são os seguintes:

As 3 séries: 360\$ por ano ou 200\$ por semestre

A 1.ª série: 140\$	»	80\$	»
A 2.ª série: 120\$	»	70\$	»
A 3.ª série: 120\$	»	70\$	»

Para o estrangeiro ou ultramar acrescem os portes do correio.

## SUMÁRIO

### Presidência do Conselho:

Rectificação ao Decreto-Lei n.º 39 053, que promulga a organização dos cursos de estado-maior a professar no Instituto de Altos Estudos Militares.

### Ministério das Finanças:

Decreto n.º 39 456 — Abre créditos no Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Exército, destinados a reforçar verbas insuficientemente dotadas no orçamento do segundo dos mencionados Ministérios e introduz alterações no mesmo orçamento.

Declaração de ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 3.º do orçamento do Ministério.

### Ministério do Exército:

Declaração de ter sido alterado o quadro do pessoal assalariado da Escola do Exército, inserto no *Diário do Governo* n.º 152, de 9 de Julho de 1952.

### Ministério da Marinha:

Declaração de terem sido autorizadas transferências de verbas dentro dos capítulos 4.º e 6.º do orçamento do Ministério.

### Ministério do Ultramar:

Portaria n.º 14 640 — Abre créditos no Instituto de Medicina Tropical e no Jardim e Museu Agrícola do Ultramar, destinados a reforçar verbas inscritas nas respectivas tabelas de despesa.

### Ministério da Educação Nacional:

Declarações de terem sido autorizadas transferências de verbas dentro dos capítulos 3.º e 6.º do orçamento do Ministério.

### Ministério das Comunicações:

Declaração de ter sido autorizado o reforço de uma verba inscrita no orçamento privativo da Administração-Geral do Porto de Lisboa.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

### Secretaria

### Declaração

Tendo sido publicado com inexactidão no *Diário do Governo* n.º 289, 1.ª série, de 26 de Dezembro de 1952, pelo Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, o Decreto-Lei n.º 39 053, determino que se faça a seguinte rectificação:

No § único do artigo 16.º, onde se lê:

«... poderão ser assalariados.»,

deverá ler-se:

«... poderão ser contratados.».

Presidência do Conselho, 30 de Novembro de 1953.— O Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Direcção-Geral da Contabilidade Pública

### Decreto n.º 39 456

Com fundamento no disposto nas alíneas b) e c) do artigo 35.º do Decreto n.º 18 381, de 24 de Maio de 1930, e no artigo 2.º e seu § único do Decreto-Lei n.º 24 914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 22 470, de 11 de Abril de 1933, e nos do aludido artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 24 914;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São abertos no Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Exército, créditos especiais, no montante de 22.646.900\$, destinados a reforçar verbas insuficientemente dotadas no orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios:

Capítulo 3.º «Segunda Direcção-Geral — Depósito Geral de Material de Aquartelamento (Lisboa):»

Artigo 73.º, n.º 1) «Móveis», alínea a) «Compra de material de aquartelamento, mobiliário, ...» . . . . . 3.000.000\$00

Capítulo 5.º «Serviços gerais — Despesas gerais:»

Artigo 126.º, n.º 4) «Material de defesa ...», alínea a) «Artigos de armamento, ...» . . . . . 987.000\$00

Artigo 127.º «Despesas de conservação ...»:		Na observação (a) apostila às epígrafes do n.º 1) e das alíneas a) e b) do n.º 2) do mencionado artigo 288.º, onde se lê:
N.º 1), alínea a) «Conservação e aproveitamento de prédios urbanos militares»	3:000.000\$00	18 445, durante 120 dias.
N.º 4), alínea a) «Conservação, transformação e aproveitamento de armamento, ...» . . . . .	2:500.000\$00	deve ler-se:
Artigo 130.º, n.º 2), alínea a) «Despesas de transportes do Ministério do Exército ...»	2:000.000\$00	19 445, durante 120 dias.
Capítulo 7.º «Corpo de Generais, Corpo do Estado-Maior, Armas e Serviços Técnicos e Auxiliares»:		rectificando-se o total da observação para:
<b>Oficiais</b>		31 000.
Artigo 169.º, n.º 1) «Ajudas de custo» . . . . .	1:000.000\$00	
<b>Sargentos e praças de pré</b>		
Artigo 172.º, n.º 1) «Ajudas de custo» . . . . .	800.000\$00	
<b>Escolas de recrutas</b>		
Artigo 288.º «Encargos administrativos»:		Estes créditos foram registados na Direcção-Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do Decreto n.º 18 381, de 24 de Maio de 1930.
N.º 1) «Pagamento de serviços ...»:		
Prés a 30 000 recrutas, a \$25 por dia . . . . .	30.000\$00	Publique-se e cumpra-se como nele se contém.
Suplemento . . . . .	27.000\$00	
	57.000\$00	
N.º 2) «Alimentação, ...»:		
Alinea a) «Rancho a 30 000 recrutas, a \$510 por dia» . . . . .	612.000\$00	Paços do Governo da República, 5 de Dezembro de 1953. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — Artur Águedo de Oliveira — Adolfo do Amaral Abrantes Pinto — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Manuel Maria Sarmento Rodrigues — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — José Soares da Fonseca.
Alinea b) «Pão a 30 000 recrutas, a 1\$45 por dia» . . . . .	174.000\$00	
Alinea c) «Fardamento e calçado a 30 000 recrutas»:		
20 800 apeados, a 515\$60 . . . . .	515.600\$00	
Alinea d) «Cédulas militares ...» . . . . .	1.300\$00	
<b>Despesas gerais</b>		
Artigo 290.º, n.º 1), alínea b) «Veículos com motor — Combustíveis, lubrificantes, ...»	6:000.000\$00	
Artigo 292.º, n.º 1), alínea a) «Tratamento nos hospitais e enfermarias militares ...» . . . . .	2:000.000\$00	
	<b>22:646.900\$00</b>	
Art. 2.º Como compensação dos créditos designados no artigo anterior, efectuam-se as seguintes alterações no orçamento das receitas do Estado presentemente em execução :		
Capítulo 1.º, artigo 4.º «Imposto sobre a aplicação de capitais» . . . . .	18.341.349\$80	
Capítulo 4.º, artigo 88.º «Diversas receitas não classificadas» . . . . .	685.265\$00	
Capítulo 7.º, artigo 282.º «Reembolsos diversos» . . . . .	374.491\$00	
Capítulo 7.º, artigo 284.º «Reposições não abatidas nos pagamentos» . . . . .	3:245.794\$20	
	<b>22:646.900\$00</b>	
Art. 3.º São autorizadas as seguintes alterações de rubrica no orçamento do Ministério do Exército :		
Nas epígrafes do n.º 1) e nas alíneas a), b) e c) do n.º 2), artigo 288.º, do capítulo 7.º, reforçadas por força do artigo 1.º deste decreto, onde se lê:		
... 30 000 recrutas . . . . .		
deve ler-se:		
... 31 000 recrutas . . . . .		
No desenvolvimento da referida alínea c), artigo 288.º, capítulo 7.º, onde se lê:		
20 800 apeados, . . . . .		
passa a ler-se:		
... 21 800 apeados, . . . . .		

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional, por seu despacho de 25 do mês em curso, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

### CAPÍTULO 3.º

Do artigo 93.º «Outras despesas com o pessoal»:

N.º 2) «Alimentação»:

a) Ranchos diárias, a 12\$. . . . . — 150.000\$00

Para o artigo 93.º «Outras despesas com o pessoal»:

N.º 1) «Ajudas de custo» . . . . . + 150.000\$00

2.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública. 28 de Novembro de 1953.—O Chefe da Repartição, José de Sousa Nunes Ferreira.

xxxxxxxxxxxxxx

**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO**

**Repartição Geral**

Declara-se, para os devidos efeitos, que, por despacho de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Exército de 23 de Outubro de 1953, que obteve a concordância de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Tesouro em 20 do corrente mês, foi autorizado que, em conformidade com o disposto no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 30 874, de 13 de Novembro de 1940, modificado pelo Decreto-Lei n.º 36 237, de 21 de Abril de 1947, o número de serventes de limpeza, criados de cozinha e criados de mesa e copa da Escola do Exército passe a ser, respec-

tivamente, de 19, 17 e 14, a partir de 1 de Janeiro de 1954.

Fica assim alterado o quadro do pessoal assalariado da referida Escola, publicado no *Diário do Governo* n.º 152, 1.ª série, de 9 de Julho de 1952, e na *Ordem do Exército* n.º 5, 1.ª série, de 15 de Setembro do mesmo ano.

Repartição Geral do Ministério do Exército, 27 de Novembro de 1953.—O Chefe da Repartição, *Joaquim de Sousa Brites*, major.

#####

## MINISTÉRIO DA MARINHA

### 6.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Marinha, interino, por seu despacho de 26 de Novembro do corrente ano, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, as seguintes transferências de verbas no orçamento vigente deste Ministério:

#### CAPÍTULO 4.º

##### Superintendência dos Serviços da Armada

###### Navios e material flutuante da Armada

No artigo 33.º «Despesas de higiene, saúde e conforto»:

Do n.º 4) «Desinfecção, desratização e outros serviços de sanidade» . . . . .	— 6.000\$00
---	-------------

Para o n.º 1) «Serviços clínicos e de hospitalização»:

Alinea a) «Medicamentos e apódisos a adquirir directamente pelos conselhos administrativos quando não possam obtê-los do Hospital da Marinha por se encontrarem fora do porto de Lisboa» . . . +	6.000\$00
--	-----------

No artigo 35.º «Encargos administrativos»:

N.º 1) «Pagamento de serviços e encargos não especificados»:	
Da alínea b) «Outros encargos não especificados» . . . . .	— 34.000\$00

Para a alínea a) «Remunerações a indígenas contratados para serviço de bordo» . . . +	34.000\$00
---	------------

No artigo 36.º «Outros encargos»:

Do n.º 1) «Encargos marítimos»:	
Alínea a) «Passagem nos canais de Suez e do Panamá» . . . . .	— 50.000\$00
Para a alínea b) «Em portos, compreendendo o aluguer de embarcações» . . . +	30.000\$00
Para o n.º 2) «Despesas de representação» . . . +	20.000\$00
	+ 50.000\$00

##### Secretaria da Superintendência e Repartição do Pessoal

No artigo 37.º «Aquisições de utilização permanente»:

N.º 1) «Móveis»:	
Da alínea a) «Mobiliário» . . . . .	— 1.000\$00
Da alínea c) «Material diverso para os alojamentos» . . . . .	— 2.000\$00
	— 3.000\$00
Para a alínea b) «Livros e publicações» . . . +	3.000\$00

## Direcção do Serviço do Material de Guerra e Tiro Naval

Artigo 80.º «Aquisições de utilização permanente»:

N.º 2) «Material de defesa e segurança pública»:	
Da alínea c) «Material de rocegas» . . . . .	— 55.000\$00
Para a alínea b) «Material para renovação das carreiras de medição magnética dos navios» . . . . .	+ 55.000\$00

#### CAPÍTULO 6.º

##### Direcção-Geral da Marinha

###### Organismos consultivos

Artigo 205.º «Aquisições de utilização permanente»:

N.º 1) «Móveis»:	
Da alínea b) «Máquinas de calcular» . . . . .	— 8.550\$00
Para a alínea a) «Mobilário e outros móveis» . . . . .	+ 8.550\$00

6.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 30 de Novembro de 1953.—O Chefe da Repartição, *Carlos Romero Ivo de Carvalho*.

## MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

### Direcção-Geral de Fazenda

#### 1.º Repartição

##### 2.ª Secção

#### Portaria n.º 14 640

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 28 326, de 27 de Dezembro de 1937, abrir os créditos especiais seguintes:

1) No Instituto de Medicina Tropical, um de 50.000\$, destinado a reforçar a verba do capítulo único, artigo 7.º, n.º 5) «Despesas com o material — Material de consumo corrente — Compra e manutenção de animais de laboratório», da tabela de despesa do orçamento privativo em vigor, usando para contrapartida as disponibilidades existentes na verba do capítulo único, artigo 20.º «Diversos encargos — Missão de combate à malária e possível exterminio dos anófveis e outros mosquitos em Cabo Verde», da mesma tabela de despesa.

2) No Jardim e Museu Agrícola do Ultramar, um de 20.600\$, destinado a reforçar a verba do capítulo único, artigo 13.º «Diversos encargos — Despesas com serviços técnicos, incluindo assistência fitossanitária», da tabela de despesa do orçamento privativo em vigor, usando para contrapartida as seguintes disponibilidades da mesma tabela de despesa.

#### CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 8.º «Pagamento de serviços — Despesas de comunicações»:

N.º 1) «Portes de correio e telegrafo» . . . . .	1.450\$00
N.º 3) «Transportes e deslocações» . . . . .	750\$00

Artigo 11.º «Diversos encargos — Despesas com publicações» . . . . .

15.400\$00

Artigo 15.º «Diversos encargos — Despesas eventuais e não especificadas» . . . . .

3.000\$00

20.600\$00

Ministério do Ultramar, 5 de Dezembro de 1953.—Pelo Ministro do Ultramar, *Raul Jorge Rodrigues Ventura*, Subsecretário de Estado do Ultramar.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL****10.ª Repartição da Direcção-Geral  
da Contabilidade Pública**

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, por seu despacho de 25 do corrente, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

**CAPÍTULO 3.º****Academia das Ciências de Lisboa**

Artigo 466.º «Despesas de comunicações»:

Do n.º 1 «Correios e telégrafos» . . . . .	—	600\$00
Para o n.º 3) «Transportes» . . . . .	+	600\$00

10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 27 de Novembro de 1953.— O Chefe da Repartição, *Manuel Miranda*.

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 16 do mês em curso, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência de verba no orçamento vigente deste Ministério:

**CAPÍTULO 6.º****Serviços de inspecção e aperfeiçoamento do ensino  
e de administração nos distritos escolares****Direcção do Distrito Escolar de Braga**

Artigo 829.º «Outras despesas com o pessoal»:

Do n.º 1) «Ajudas de custo» . . . . .	—	500\$00
Para o n.º 2) «Despesas de deslocação, subsídios de viagem e de marcha» . . . . .	+	500\$00

Conforme o preceituado no artigo 16.º do Decreto n.º 39 068, de 31 de Dezembro de 1952, esta alteração

mereceu, por despacho de 25 do corrente mês, a confirmação de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Tesouro.

10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 30 de Novembro de 1953.— O Chefe da Repartição, *Manuel Miranda*.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****Administração-Geral do Porto de Lisboa**

Declara-se que, por despacho de SS. Ex.ª o Ministro das Comunicações e Subsecretário de Estado do Tesouro, respectivamente de 10 e 18 de Novembro findo, foi autorizada a modificação das seguintes verbas do orçamento privativo da Administração-Geral do Porto de Lisboa, nos termos da parte final do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 36 976, de 20 de Julho de 1948:

**Reforço**

Artigo 7.º «Despesas de conservação e aproveitamento do material»:

## 2) «De semoventes»:

## a) «Veículos com motor»:

Semoventes marítimos e terrestres . . . . .	850.000\$00
---	-------------

**Anulação**

Artigo 7.º «Despesas de conservação e aproveitamento do material»:

## 1) «De imóveis»:

## a) «Prédios urbanos»:

Obras a cargo da Administração-Geral do Porto de Lisboa . . . . .	200.000\$00
b) «Estradas» . . . . .	400.000\$00
d) «Pontes» . . . . .	50.000\$00
f) «Outros imóveis» . . . . .	200.000\$00

850.000\$00

Administração-Geral do Porto de Lisboa, 2 de Dezembro de 1953.— O Presidente do Conselho de Administração, *Salvador de Sá Nogueira*.